



“Concurso Público com publicidade internacional para o fornecimento, a instalação e o comissionamento de 3 carregadores duplos de veículos elétricos de 180 Kw de potência”

Caderno de Encargos

junho de 2025

BUSWAY – Ciraveiro, S.A.
Rua dos Ervideiros, nº 192 – 3800-639 Cacia
Tel: +351 234 108 180 – geral@busway.pt
www.busway-cira.pt

Capital Social 800.000,00 Euros. NIF 517 214 946. Matric. na C.R.C. de Aveiro sob o n.º 517 214 946

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto do Contrato

1. O presente Caderno de Encargos (“CE”) compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré contratual, que tem por objeto o fornecimento, a instalação e o comissionamento de 3 carregadores duplos de veículos elétricos de 180 Kw de potência, com as especificações técnicas constantes do presente CE e respetivos anexos, em corretas condições de utilização, estando ainda os seguintes serviços incluídos:
 - a) Elaboração do projeto eletrotécnico;
 - b) Fornecimento e instalação de quadros elétricos;
 - c) Execução da instalação elétrica;
 - d) Execução dos trabalhos de construção civil;
 - e) Fornecimento e instalação da sinalética vertical;
 - f) Serviço de projeto e licenciamento dos bens junto das autoridades competentes;
 - g) Serviço de comissionamento e ensaios.
 - h) Serviço de certificação, para utilização.
2. Os carregadores devem ser compatíveis obrigatoriamente com os mini-autocarros de categoria M2, da classe A, com piso integral para transporte urbano de passageiros que a Entidade Adquirente adquiriu e cujo modelo e características técnicas estão descritas no Anexo I ao presente CE.
3. O fornecimento carregadores vincula o Adjudicatário aos serviços de garantia técnica, o que inclui a assistência técnica pelo período correspondente ao prazo de garantia constante da proposta adjudicada.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos.
2. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao CE;
 - b) O CE e seus anexos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos que **(i)** violem os parâmetros base fixados no CE e/ou os aspetos de execução do Contrato submetidos a concorrência; **(ii)** incluam soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Cláusula 3.ª

Preço base

O preço base é o preço máximo, que a BUSWAY se dispõe a pagar pelo fornecimento objeto do Contrato é de 365.600,00€ (trezentos e sessenta e cinco mil e seiscentos euros) ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª

Prazo

1. O fornecimento, a instalação e o comissionamento dos três carregadores deverá ficar concluído até 31.12.2025.
2. O prazo de entrega pode ser alterado, desde que por acordo das partes, não podem ser

posterior a 15.02.2026.

3. A alteração do prazo de entrega, nos termos referidos no número 2 da presente Cláusula, não confere ao Adjudicatário qualquer direito a revisão de preços ou a outro tipo de compensação.
4. Para a totalidade do fornecimento dos três carregadores, o Adjudicatário obriga-se a manter as condições do fornecimento inicial, salvo qualquer alteração de melhoria do produto ou componentes, devidamente justificada e aceite pela Entidade Adquirente.

Cláusula 5.ª

Obrigações genéricas do Adjudicatário

1. O Adjudicatário obriga-se a fornecer os bens e os serviços associados, de acordo com os termos e condições previstos no CE, com as normas legais, técnicas e regulamentares aplicáveis, sendo responsável até ao final do Contrato, pelo bom desempenho dos materiais e equipamentos que utilizar e fornecer, bem como, pela correta execução dos serviços a prestar.
2. O Adjudicatário obriga-se a realizar todas as tarefas solicitadas pela Entidade Adquirente, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa.
3. O Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos que sejam necessários e adequados, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário ao completo fornecimento de bens e prestação de serviços a seu cargo.
4. Os subcontratados que executem trabalhos por conta do Adjudicatário não serão reconhecidos nessa qualidade pela Entidade Adquirente, permanecendo aquele o único responsável por todos os trabalhos.
5. O Adjudicatário será, também, responsável por todos os prejuízos e danos causados à Entidade Adquirente ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da execução do

Contrato, por si ou por subcontratados, da atuação do seu pessoal ou do deficiente comportamento dos materiais ou equipamentos fornecidos e instalados, incluindo a sua interligação com os equipamentos já existentes e pelas avarias causadas a equipamentos da Entidade Adquirente ou de terceiros.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Adjudicatário obriga-se a entregar à Entidade Adquirente e a instalar no local da execução do Contrato os bens com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no CE e seus anexos, assegurando a sua compatibilidade com os mini-autocarros elétricos, adquiridos pela BUSWAY.
2. Os bens devem ser entregues e instalados de forma completa e em conformidade e com toda a documentação legalmente exigível.
3. Os bens objeto do Contrato devem ser entregues e instalados em estado novo, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento e manutenção.
4. O Adjudicatário é responsável perante a Entidade Adquirente, por qualquer defeito ou discrepância dos bens, que existam quando os mesmos lhe forem entregues e instalados, na sua totalidade, mesmo que subcontratados, nos termos e prazos melhor referidos na Cláusula 4.ª e na Cláusula 5.ª.

Cláusula 7.ª

Entrega de bens e Documentação e informação técnica

1. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com instalação dos bens, todos

os documentos que sejam necessários para a boa utilização/funcionamento daqueles.

- 2.** Todas as despesas e custos relacionados com o transporte dos bens e respetivos documentos, e com a prestação dos serviços a realizar no local de execução do contrato são da responsabilidade do Adjudicatário.
- 3.** Deverá ser entregue, pelo Adjudicatário e em língua portuguesa aquando da data de entrega do projeto eletrotécnico os seguintes documentos:
 - a)** Ficha eletrotécnica;
 - b)** Caracterização sumária da rede;
 - c)** Planta de implementação;
 - d)** Termo de responsabilidade pelo projeto;
 - e)** Termo de responsabilidade para a realização da obra;
 - f)** Declaração de conformidade da execução;
 - g)** Termo de responsabilidade pela execução.
- 4.** Deverá ser entregue, pelo Adjudicatário e em língua portuguesa, até 10 (dias) dias antes da data de instalação elétrica dos carregadores ou do primeiro carregador, conforme aplicável:
 - a)** Os respetivos manuais de instalação do modelo dos carregadores duplos a fornecer, bem como a sua cópia em formato digital e reproduzível para uso próprio, que corresponda ao modelo e características do equipamento Adjudicado.
 - b)** Os respetivos manuais de operação e manutenção dos carregadores duplos a fornecer, bem como a sua cópia em formato digital e reproduzível para uso próprio, que corresponda ao modelo e características do equipamento Adjudicado.
 - c)** Catálogo de sobressalentes do(s) equipamento(s) integrantes dos carregadores, em formato digital. Toda a informação deve permitir a identificação fácil por

número e desenho de todas as peças que compõem os equipamentos.

5. Os manuais referidos no número anterior da presente Cláusula devem conter uma lista exaustiva de todos os componentes constituintes dos carregadores, com o nome do fabricante, modelo, versão e referência completa de cada um. Toda a informação entregue em formato digital, terá que permitir a sua instalação em rede, assim como ser de fácil reprodução (por exemplo PDF, JPEG ou similar).
6. No caso dos manuais e catálogos entregues em formato de papel e em língua portuguesa, estes deverão ter obrigatoriamente uma execução gráfica análoga à dos manuais na língua de origem, não podendo ter a simples forma de folhas com a tradução, intercaladas no referido manual em língua estrangeira.
7. Os documentos em formato digital deverão estar preparados para instalação em servidor de rede interna da Entidade Adquirente, sendo que deverá ser explicitada a situação de acesso legal, no que diga respeito à eventual necessidade de licenças, ou autorizações de acesso à informação. No caso de se verificar essa necessidade de licenciamento para que a Entidade Adquirente possa aceder à informação no âmbito desta cláusula, esta será disponibilizada de forma gratuita à Entidade Adquirente.
8. O Adjudicatário será responsabilizado pelas falhas que venham a decorrer da não entrega da documentação referida.

Cláusula 8.ª

Dever de informar

1. O Adjudicatário compromete-se a manter a Entidade Adquirente permanentemente informada das modificações e alterações que forem sendo introduzidas nos carregadores e seus órgãos, pelos respetivos fabricantes, assim como a alteração das identificações dos órgãos e das peças, ao longo da vida dos carregadores.
2. Para controlo da existência de todas as atualizações, devem ser fornecidas listas das mesmas

com a periodicidade máxima de seis meses, durante o período considerado como de vida útil dos três carregadores.

Cláusula 9.ª

Procedimentos anteriores à receção provisória

1. Os procedimentos a adotar entre o Adjudicatário e a Entidade Adquirente antes da receção provisória serão, principalmente os referidos nas alíneas seguintes:
 - a) Deverá o Adjudicatário, sempre que a Entidade Adquirente o entenda durante o processo de instalação elétrica dos carregadores, disponibilizar os mesmos para a análise e verificação pela fiscalização da Entidade Adquirente. Esta efetuará, entre outros, os ensaios para a verificação da conformidade elaborando lista das eventuais anomalias e não conformidades detetadas;
 - b) As não conformidades indicadas nas listas mencionadas anteriormente, terão de ser resolvidas antes da conclusão da instalação elétrica dos carregadores, excetuando-se aquelas que, de mútuo acordo entre o Adjudicatário e a Entidade Adquirente, possam ser solucionadas posteriormente, passando a constituir condicionamentos à Receção Provisória daquele carregador. Após a correção/resolução das não conformidades registadas, a Entidade Adquirente procederá a nova inspeção;
 - c) A resolução/correção das não conformidades, não poderá ser invocada como justificação para o não cumprimento dos prazos de entrega.
2. Independentemente da análise de situações concretas, a persistência de determinadas anomalias detetadas no decurso da inspeção de receção dos bens, ou no ato da entrega, serão de todo impeditivas de se proceder à Receção Provisória. Serão consideradas anomalias impeditivas nomeadamente as seguintes (sem limitar):
 - a) Anomalias suscetíveis de pôr em risco a segurança e a operacionalidade dos

carregadores;

- b)** Anomalias elétricas que possam ocasionar a deterioração, ou imobilização dos carregadores;
- c)** Deficiência na comunicação entre os carregadores e os veículos, por deficiência da infraestrutura;
- d)** Eficiência de carregamento inferior à especificada.

Cláusula 10.^a

Receção Provisória

- 1.** Após entrega e instalação dos carregadores na Entidade Adquirente pelo Adjudicatário, será elaborado o respetivo Auto de Receção Provisória, com o registo de eventuais situações de anomalias e condicionamentos à receção, que não impeçam a sua operacionalidade em segurança, nos termos dos números seguintes.
- 2.** No âmbito desta cláusula, será considerado ainda o seguinte:
 - a)** A Receção Provisória de cada carregador só será efetuada após a conclusão da instalação elétrica dos três carregadores;
 - b)** Serão da responsabilidade do Adjudicatário todos os riscos relativos aos carregadores ou provocados por estes, que ocorram até estar efetuada a sua receção provisória;
 - c)** Quando os carregadores forem apresentados para a receção provisória, deverá ser também apresentada lista com os números de fabrico/série.
- 3.** Caso se verifique, nas operações de receção provisória, a existência de anomalias que, no entender da Entidade Adquirente, não sejam impeditivas dos carregadores entrarem ao serviço, proceder-se-á às respetivas receções provisórias, condicionadas à eliminação dessas deficiências/condicionamentos, que serão discriminadas nos respetivos Autos de Receção Provisória.

4. As referidas anomalias ou deficiências deverão ser resolvidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar das datas das receções provisórias condicionadas, registadas no respetivos Autos de Receção Provisória.
5. Se for verificado, nas operações de receção provisória, que os bens não estão nas condições contratuais e não permitem sequer a receção provisória condicionada, o Adjudicatário será notificado para corrigir a parte ou partes defeituosas. Eliminadas as anomalias ou deficiências, proceder-se-á à reinspeção e receção provisória, lavrando-se os respetivos Autos de Receção Provisória.
6. Os atrasos motivados pelas correções acima referidas não excluem a aplicação das penalidades previstas neste CE, quanto ao não cumprimento dos prazos de entrega.
7. A emissão do Auto de Receção Provisória determina a aplicação do regime da liberação da caução, de forma proporcional.

Cláusula 11.ª

Preço Contratual

1. Pelo fornecimento, instalação e comissionamento dos bens, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Contrato, a Entidade Adquirente deve pagar ao Adjudicatário o preço total que vier a ser declarado na proposta adjudicada, com as mais ou menos valias, consentâneas e inerentes às situações constantes da proposta, do CE, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adquirente, nomeadamente:
 - a) Elaboração do projeto eletrotécnico;
 - b) Fornecimento e instalação de quadros elétricos;
 - c) Execução dos trabalhos de construção civil;

- d)** Execução da instalação elétrica;
 - e)** Fornecimento dos três carregadores de veículos elétricos de 180 Kw de potência;
 - f)** Fornecimento e instalação de sinalética vertical;
 - g)** Serviços de projeto e licenciamento dos bens junto das autoridades competentes;
 - h)** Serviços de comissionamento e ensaios.
- 3.** As taxas devidas pelo licenciamento junto das autoridades competentes do projeto de instalação dos carregadores são da responsabilidade da Entidade Adquirente.
- 4.** Não há lugar a revisão de preços.

Cláusula 12.ª

Condições de pagamento

- 1.** O preço contratual total deve ser pago de forma faseada de acordo com as seguintes condições:
- (a)** 40% com a nota de encomenda;
 - (b)** 10% com a entrega do projeto eletrotécnico;
 - (c)** 20% aquando da conclusão dos trabalhos de construção civil;
 - (d)** 25% com a finalização dos trabalhos de eletricidade;
 - (e)** 5% remanescentes com a realização da inspeção por parte da entidade certificadora.
- 2.** As quantias devidas pela Entidade Adquirente, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela BUSWAY das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 3.** Para os efeitos das alíneas b) a e) do número 1 acima, a obrigação respeitante à emissão de fatura considera-se vencida com a emissão, pela Entidade Adquirente, do respetivo auto.
- 4.** Em caso de discordância por parte da BUSWAY, quanto aos valores indicados nas faturas,

deve esta comunicar ao Adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Em caso de erro da faturação, o prazo, contar-se-á a partir da data em que a fatura corrigida for recebida na sede da BUSWAY.
6. As faturas devem fazer referência ao Contrato e à Entidade Adquirente a que dizem respeito e ser enviados ao cuidado do Gestor do Contrato.
7. Em caso de atraso da Entidade Adquirente no cumprimento das obrigações de pagamento do preço, o Adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
8. A Entidade Adquirente, pode optar por recorrer a operação de locação financeira com entidade externa, de modo a financiar o pagamento na sua totalidade ou parcialmente.

Cláusula 13.ª

Deduções e direito de retenção

1. De todos os pagamentos a efetuar ao Adjudicatário a BUSWAY deduzirá as seguintes quantias:
 - a) As importâncias necessárias à liquidação das multas e penalidades que eventualmente lhe tenham sido aplicadas;
 - b) Todas as quantias que lhe sejam legal ou contratualmente exigíveis.
2. Caso os subcontratados reclamem junto da BUSWAY pelos pagamentos em atraso que sejam devidos pelo Adjudicatário, a BUSWAY goza do direito de retenção sobre as quantias do mesmo montante devidas ao Adjudicatário e decorrentes do Contrato.
3. As quantias retidas nos termos do número anterior serão pagas diretamente ao subcontratado em causa, caso o Adjudicatário, depois de notificado pela BUSWAY para o efeito, não comprove haver procedido à liquidação das mesmas nos 60 (sessenta) dias imediatos à receção de tal notificação, ou apresente justificação atendível para o não ter feito.

Cláusula 14.ª

Penalidades Contratuais

1. Salvo os casos de força maior devidamente comprovados e julgados atendíveis pela BUSWAY, o não cumprimento dos prazos de entrega que venham a ser fixados no Contrato, implicará, para o Adjudicatário, o pagamento da multa de 1/1000 do custo unitário do carregador, por cada carregador e por dia em atraso.
2. No caso de se verificarem imobilizações do carregador, por anomalias da responsabilidade do Adjudicatário durante o período de garantia, o Adjudicatário incorrerá na multa diária de 1/1000 do custo unitário do carregador, por cada carregador imobilizado que exceda o máximo de 2 (dois) carregadores, ou na devida proporção durante o período de entrega.
3. Em caso de incumprimento dos prazos propostos para a entrega, instalação e operacionalização do carregador, incluindo quaisquer processos de homologação e/ou licenciamento necessários, o Adjudicatário pode incorrer no pagamento de uma penalidade de 2/1000 do preço total.
4. Em caso de impossibilidade de cumprimento ou cumprimento deficiente do serviço público de transporte coletivo de passageiros por parte da Entidade Adquirente, motivado pelo cumprimento deficiente dos requisitos técnicos exigidos no CE ou em resultado de avarias dos sistemas de carregamento, cobertas pela respetiva garantia dos diferentes componentes dos carregadores, o Adjudicatário pode incorrer numa penalidade diária de 0,5/1000 do custo unitário do carregador, por cada carregador imobilizado, ainda que parcialmente, até que proceda à retificação dos problemas subjacentes, a custas do Adjudicatário, assim como todos os demais custos de mão-de-obra e logística associados.
5. No caso de não cumprimento do prazo previamente acordado para a resolução dos condicionamentos à Receção Provisória, o Adjudicatário incorrerá na multa por mini-autocarro de 1/1000 do custo unitário do carregador, por dia completo de atraso.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a BUSWAY exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.ª

Força Maior

- 1.** Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2.** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais.
- 3.** Não constituem força maior, designadamente:
 - a)** Invasão da Rússia à Ucrânia;
 - b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
 - h)** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 4.** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5.** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª

Resolução Contratual

- 1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na lei, a BUSWAY pode resolver o Contrato, a título sancionatório, caso o Adjudicatário viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
 - a)** Atraso na entrega dos elementos ou das prestações de serviços objeto do Contrato caso, uma vez em mora, o Adjudicatário não realize a prestação em falta no prazo que lhe venha a ser fixado pela Entidade Adquirente;
 - b)** Caso o Adjudicatário incumpra de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações previstas no presente CE ou no próprio Contrato;
 - c)** Caso o Adjudicatário se encontre em situação de dissolução ou insolvência;
 - d)** Caso o Adjudicatário proceda à cessação da sua posição contratual ou à subcontratação, salvo no que se refere aos trabalhos de construção sujeitos à Lei n.º 41/2015, de 3 de Junho, na sua redação atualizada, sem autorização prévia da Entidade Adquirente para o efeito;

- e) Caso ocorra motivo de força maior, impeditivo de posterior execução do Contrato em tempo julgado útil pela BUSWAY;
 - f) Quando o valor total das multas contratuais aplicadas ultrapassar 30% do preço do Contrato;
 - g) Pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao Adjudicatário;
 - h) O incumprimento de qualquer obrigação pelo Adjudicatário que possa comprometer, de forma irreversível, algum dos pressupostos de financiamento da aquisição dos carregadores.
 - i) Caso os carregadores não sejam compatíveis com mini-autocarros de categoria M2, da classe A, com piso integral para transporte urbano de passageiros com as características técnicas elencadas nas cláusulas técnicas do presente CE.
2. Para efeitos de aplicação da alínea e) do número anterior, o Adjudicatário deverá comunicar de imediato à Entidade Adquirente a ocorrência de qualquer situação de força maior, bem como indicar quais as obrigações emergentes do Contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e, bem assim, as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos e custos.
3. A resolução do Contrato exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário por carta registada com aviso de receção e produzirá efeitos a partir da data da sua receção.
4. Antes de proceder à resolução, e se considerar que ainda é possível sanar o motivo de incumprimento, deve a Entidade Adquirente notificar o Adjudicatário da sua intenção e motivos por que pretende resolver o Contrato, e fixar um prazo para que este ponha termo à situação de incumprimento, findo o qual tornar-se-á efetiva a resolução.
5. A resolução do Contrato por causa imputável ao Adjudicatário ou a terceiros a que aquele tenha recorrido, seja a que título for, no âmbito da execução do Contrato, atribui o direito à Entidade Adquirente a receber uma indemnização pelos danos sofridos em consequência da mesma resolução, sem prejuízo das penalidades que tenham, entretanto, sido aplicadas.

6. Caso se verifique qualquer dos pressupostos de resolução previstos no número 1, a BUSWAY pode solicitar ao fornecimento dos bens, diretamente relacionados com o objeto do Contrato, a terceiros, sem que daí decorra qualquer direito indemnizatório do Adjudicatário.
7. Em caso de rescisão por causa imputável ao Adjudicatário, ficará propriedade da BUSWAY tudo aquilo que tiver resultado da execução do Contrato.
8. O Adjudicatário pode resolver o Contrato, quando a BUSWAY lhe esteja em dívida pelo pagamento de faturas não reclamadas há mais de 90 (noventa) dias.

Cláusula 17.ª

Garantia

1. Os carregadores e respetivos equipamentos beneficiarão de uma garantia global, contra defeitos de conceção e fabrico, por um período mínimo de 24 meses sendo, no entanto, aplicável o prazo de garantia referido na proposta do Adjudicatário.
2. Sem prejuízo do prazo de garantia referido na proposta do Adjudicatário, é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei portuguesa que disciplina os aspetos relativos à venda de bens e relativas garantias, no que respeita à conformidade dos bens.
3. A garantia obriga o Adjudicatário a substituir ou reparar satisfatoriamente, sem quaisquer encargos para a Entidade Adquirente, mas com a aprovação desta, todos os elementos reconhecidos como defeituosos por ambas as partes.
4. Esta garantia cobre todos os materiais, componentes, órgãos, sistemas e mão-de-obra onde se incluem as despesas resultantes da logística necessária e é da responsabilidade do Adjudicatário, ainda que subcontratados ou adquiridos por este, salvo os casos resultantes de má utilização, que deverão ser comprovados inequivocamente.
5. Os defeitos ou as avarias verificadas, desde que não sejam resultantes de incorretas utilizações por parte dos serviços da Entidade Adquirente, serão pronta e devidamente reparados pelo Adjudicatário ou por conta e risco deste, entendendo-se que a reparação

pode chegar, se necessário, à substituição parcial ou integral da obra ou dos equipamentos avariados ou defeituosos.

6. Se forem verificadas avarias que indiquem um defeito geral de qualidade dos materiais ou dos equipamentos, o Adjudicatário obriga-se a substituir, por sua conta e risco, todos os materiais, equipamentos ou partes semelhantes às defeituosas por soluções que garantam a resolução do problema.
7. Na ausência de condicionamento à sua Receção Provisória, as condições mínimas de garantia exigidas iniciam-se a partir da data da emissão do auto de Receção Provisória de cada carregador.
8. A existência de anomalias e/ou condicionamentos que careçam de intervenção e resolução dará origem ao estender das condições de garantia pelo período necessário ao solucionar das mesmas, por um período máximo de 180 (cento e oitenta dias).
9. O Adjudicatário negociará com os fabricantes de equipamentos originais (OEM) dos carregadores as condições de garantia específicas que entender, de forma a poder cumprir todas as obrigações contratuais no âmbito da manutenção e reparação dos bens, nomeadamente taxas de disponibilidade, de serviço e de fiabilidade e tempos de reposição ao serviço após avaria, ao longo de todo o prazo de vida útil dos equipamentos, conforme definido no presente CE.

Cláusula 18.ª

Defeito Sistemático – Reclamação em Garantia Genérica

1. Após a deteção de uma anomalia/avaría ou desgaste anormal de qualquer elemento, e caso esta seja detetada em vários carregadores, revelando defeito sistemático, será formalizada pela Entidade Adquirente, uma Reclamação em Garantia Genérica (RGG).
2. O Adjudicatário, após a análise da anomalia, assumirá a ação a desenvolver, no sentido de reparar ou substituir o elemento, ou sistema defeituoso em todos os carregadores, nos

termos a seguir indicados, quando revelado, como defeito sistemático, durante os respetivos períodos de garantia, consignados na Cláusula 17.ª deste CE.

3. No âmbito do defeito sistemático/Reclamação em Garantia Genérica, estabelece-se o seguinte:

- a)** Considera-se defeito sistemático o que se verificar com sintomas e características análogas em pelo menos 20 (vinte) % dos carregadores duplos de veículos elétricos;
- b)** Se o defeito sistemático ocorrer dentro dos períodos de garantia previstos nestas Condições Gerais, a ação corretiva será feita em campanha na totalidade dos carregadores, sendo da responsabilidade do Adjudicatário material, mão-de-obra e a totalidade dos custos agregados.

- 4.** Se o Adjudicatário demonstrar tecnicamente que o defeito não afeta todo o fornecimento, mas apenas um grupo de unidades bem definido, após a devida análise e concordância, a substituição/correção poderá ter lugar apenas nos autocarros do grupo em causa.
- 5.** No caso de se revelar defeito sistemático que obrigue a uma substituição em campanha, o Adjudicatário suportará todos os encargos de substituição de órgãos ou peças, reconhecidos como defeituosos, por órgãos ou peças análogas, que tenham de aplicar-se provisoriamente até à conclusão da campanha, para aplicação de novos órgãos ou peças;
- 6.** Caso as avarias, desgastes anormais ou outros indícios que revelem defeito sistemático, não sejam assumidos como tal pelo Adjudicatário, nomear-se-á uma Comissão constituída por um representante de cada uma das partes e um elemento independente. Caso a comissão determine que as avarias, desgastes anormais ou outros indícios que revelem defeito sistemático, o Adjudicatário poderá ser alvo de penalizações associado ao incumprimento das condições contratualizadas, nomeadamente no que concerne às garantias.

Cláusula 19.ª

Receção Definitiva

- 1.** A contagem dos prazos de garantia indicados na Cláusula 17.ª do CE começa com a realização

da receção provisória, ou aquando da solução satisfatória das anomalias identificados no respetivo auto.

2. Antes do termo do prazo de garantia, a Entidade Adquirente e o Adjudicatário procederão à vistoria dos carregadores duplos.
3. Se for verificado que a totalidade dos bens está em condições de ser aceite, onde se incluem as conclusões das retificações, correções, reparações ou melhorias, inerentes às reclamações em garantia, terá lugar a respetiva receção definitiva.
4. Caso contrário, o Adjudicatário obriga-se a proceder, em prazo a acordar entre ambas as partes, às necessárias retificações, sendo de sua conta as despesas com materiais, mão de obra ou deslocações, nomeadamente dos carregadores duplos de veículos elétricos. Quaisquer anomalias ou deficiências identificadas, que não resultem de uso indevido dos equipamentos, serão obrigatoriamente solucionadas pelo Adjudicatário, através da reparação ou substituição dos equipamentos, ou dos componentes danificados ou com funcionamento deficiente, ao abrigo da garantia.
5. Concluídas estas retificações, proceder-se-á, então, à receção definitiva. No final serão lavrados os respetivos Autos de Receção Definitiva, que serão assinados e validados pela Entidade Adquirente e pelo Adjudicatário.

Cláusula 20.ª

Caução

1. É exigida a prestação de caução para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, nos termos do artigo do PP.
2. Caso o adjudicatário deixe de prestar os fornecimentos contratados, por motivo que não seja imputável à BUSWAY, esta tem o direito a fazer sua a caução prestada, sem prejuízo de poder rescindir o contrato.
3. Salvo em caso de incumprimento, a caução será restituída proporcionalmente e no prazo de

30 (trinta) dias, a contar da data dos respetivos Auto de Receção Definitiva.

Cláusula 21.ª

Seguros

1. O Adjudicatário obriga-se a celebrar, a expensas suas, contrato(s) de seguro(s) que cubra(m) danos e prejuízos de qualquer natureza, causados à Entidade Adquirente ou a terceiros, emergentes da prestação das obrigações previstas no CE e demais documentos que integram o Contrato.
2. O capital mínimo seguro pelo Contrato referido no número anterior deve corresponder a um valor adequado para cobrir a responsabilidade que resulte da execução do presente fornecimento de bens, devendo englobar todas as situações de risco que se possam verificar durante a mesma, quer para a Entidade Adquirente, quer para terceiros.
3. O contrato de seguro deve vigorar até ao final do Contrato.
4. O Adjudicatário deverá, ainda, ter seguro de acidentes de trabalho cobrindo todo o pessoal afeto à prestação de serviços, nos termos da lei em vigor.
5. O Adjudicatário deve apresentar documento comprovativo da celebração dos contratos de seguro referidos nos números antecedentes sempre que solicitado pela Entidade Adquirente.

Cláusula 22.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra relativa à BUSWAY, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado

direta e exclusivamente à execução do Contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que comprovadamente fosse do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 23.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer direitos relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio, ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 24.ª

Gestão do Contrato

Para o acompanhamento da execução do Contrato, a BUSWAY designará, um gestor do Contrato, que terá como principal função acompanhar permanentemente a execução do Contrato e comunicará de imediato à BUSWAY qualquer desvio, defeito ou qualquer outra anomalia que detete na execução do Contrato, podendo propor as medidas corretivas que se considere adequadas em relatório fundamentado.

Cláusula 25.ª

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a BUSWAY venha a ser demandado por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que haja de pagar, seja a que título for.

Cláusula 26.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo Adjudicatário dependem da autorização da Entidade Adquirente, salvo que se refere aos trabalhos de construção, sujeitos à Lei n.º 41/2015, de 3 de Junho, na sua redação atualizada, em que a subcontratação é livre.

Cláusula 27.ª

Alteração ao Contrato

Qualquer alteração a introduzir no Contrato no decurso da sua execução será objeto de acordo prévio entre as partes.

Cláusula 28.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2. As notificações, informações ou comunicações a enviar por qualquer das partes devem ser efetuadas de forma escrita, preferencialmente:
 - a) Por correio eletrónico ou outra forma eletrónica de transmissão de dados;
 - b) Por via postal;
 - c) Por carta registada, com aviso de receção, por protocolo ou diretamente contra recibo, desde que seja para cumprimento do preceituado na lei ou no clausulado contratual, ou envolva a contagem de prazos.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 29.ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no Contrato, incluindo-se o prazo de instalação dos três carregadores, são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.ª

Lei e Foro Competente

1. A Lei aplicável é a Lei Portuguesa.
2. Para resolução de todos os litígios decorrentes do presente Contrato fica estipulada a competência do Tribunal judicial da Comarca de Aveiro.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 31.^a

Especificações técnicas mínimas

- **Descrição dos equipamentos**

1. Os carregadores duplos de veículos elétricos a fornecer devem ser novos.
2. Os carregadores duplos de veículos elétricos devem, sob pena de exclusão, ser compatíveis com mini-autocarros de categoria M2, da classe A, com piso integral para transporte urbano de passageiros, cujas características técnicas constam do Anexo I ao presente.
3. Os carregadores devem dispor das seguintes características, ou equivalentes:
 - Carregamento: possibilidade de carregamento de 2 viaturas em simultâneo, ou seja, serão fornecidos 3 postos de carregamento duplos, com 2 mangueiras de carregamento cada.
 - Os 3 postos de carregamento duplos serão iguais entre si, tendo as mesmas características e especificações técnicas, de modo que os mini-autocarros possam ser carregados indistintamente em qualquer um dos postos duplos.
 - Deverão ser compostos por equipamentos e software necessários ao carregamento elétrico dos 5 mini-autocarros em simultâneo. O início e o término da carga serão automáticos, obedecendo aos critérios definidos pelo sistema de gestão de carregamento ou através da aplicação de supervisão.
 - Cada um dos postos deve possuir uma potência nominal total de 180 kW, não limitando que a evolução da sua arquitetura permita um aumento de potência no futuro;

- Cada posto de carregamento duplo será equipado com todos os equipamentos de proteção adequados e dispositivos legalmente previstos.
- Cada posto de carregamento duplo deverá disponibilizar uma potência total até 180 kW, para as duas fichas de carregamento. A repartição de potência será efetuada pelo sistema de gestão de carregamento (sequencial ou dinâmica) ou através da aplicação de supervisão.
- O sistema de Carregamento deverá ter a possibilidade de parametrizar manualmente a potência de carregamento.
- 2 tomadas CCS2 com balanceamento de potência entre tomadas
- Interface gráfica: Ecrã LCD
- Conectividade: Leitor RFID
- Cabos 4m (mínimo)
- Botão de emergência STOP
- Suporte de interface: OCPP 1.6 ou superior

O adjudicatário será responsável pelo projeto de execução, pela instalação e comissionamento dos postos de carregamento, incluindo os trabalhos de construção civil para a instalação do posto de transformação, a cablagem, os quadros elétricos, o equipamento de carregamento e a certificação pelas entidades competentes, juntando-se para os devidos efeitos o Programa Preliminar como Anexo II ao CE, o qual estabelece os objetivos, características orgânicas e funcionais, bem como, os condicionamentos dos trabalhos de construção a realizar.

No que diz respeito à realização dos trabalhos de construção civil, atenta a manifesta simplicidade das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, propõe-se a mera fixação de especificações técnicas, conforme consta do Anexo II ao PP.

A título indicativo, estima-se que a componente de obra tenha um custo aproximado de 265.000,00€ (duzentos e sessenta e cinco mil euros).

Pretende-se igualmente o fornecimento e instalação de conjuntos de sinalética vertical compostos por placa informativa de lugares de estacionamento para mobilidade elétrica.

O QVE é instalado nos primeiros dois lugares de estacionamento, de acordo com esquema constante do Anexo III ao CE.

Cláusula 32.ª

Manutenção

- 1.** O Adjudicatário é responsável pela manutenção da infraestrutura de carregamento durante o período de garantia, apresentando de antemão um plano de manutenção preventiva e corretiva e tempos de resposta em caso de avaria.
- 2.** O Adjudicatário deve apresentar um plano de manutenção para a toda a infraestrutura,

com indicação dos custos, para um período de 15 anos.

3. O plano de manutenção deverá indicar as ações de manutenção preventiva, corretiva, bem como os materiais a usar e estimativa do tempo de mão de obra.
4. Os planos de manutenção devem obedecer às recomendações do fabricante, tais como:
 - prazos de realização;
 - tarefas a realizar;
 - substituição de componentes por fadiga.

Cláusula 33.ª

Assistência Técnica

1. Toda a assistência técnica, no domínio da manutenção dos carregadores será prestada por uma equipa de assistência móvel.
2. O Adjudicatário deverá dispor de um serviço de assistência técnica de 24 horas, de forma a garantir o total acompanhamento da Entidade Adquirente.
3. O Adjudicatário deverá responder à solicitação de assistência técnica enviado pela Entidade Adquirente, no prazo máximo de 24 horas.

Cláusula 34.ª

Formação

1. O Adjudicatário obriga-se a proceder à formação do pessoal de operação, constituindo exigência mínima o seguinte:
 - a) Ação de formação de 15 (quinze) motoristas, que incluirá os cuidados a ter

durante a utilização e com a manutenção básica carregadores dos carregadores duplos de veículos elétricos, com uma duração de 8 horas.

- b)** Ação de formação a 5 (cinco) técnicos de manutenção, de forma a permitir uma adaptação rápida destes às tecnologias utilizadas, bem como à operação dos carregadores duplos de veículos elétricos.
 - c)** As ações de formação referidas nas alíneas anteriores deverão estar concluídas no prazo máximo de 8 (oito) dias após a conclusão dos trabalhos de instalação elétrica dos três carregadores duplos de veículos elétricos, em local a ser definido pela BUSWAY, para formação dos trabalhadores que vão utilizar e efetuar assistência técnica aos bens objeto do contrato de fornecimento,
- 2.** O adjudicatário será responsável pela apresentação e concretização de um Plano de Formação, destinado à gestão, operação e manutenção dos equipamentos fornecidos.
 - 3.** Caso a Entidade Adquirente considere necessário, o Adjudicatário será obrigado a fazer nova formação igual à acima referida.



Anexo I ao CE

Características dos mini-autocarros já postos a concurso



Anexo II ao CE

Programa Preliminar

BUSWAY – Ciraveiro, S.A.
Rua dos Ervideiros, nº 192 – 3800-639 Cacia
Tel: +351 234 108 180 – geral@busway.pt
www.busway-cira.pt

Capital Social 800.000,00 Euros. NIF 517 214 946. Matric. na C.R.C. de Aveiro sob o n.º 517 214 946



Anexo III ao CE

Planta de implantação de QVE/ carregadores

BUSWAY – Ciraveiro, S.A.
Rua dos Ervideiros, nº 192 – 3800-639 Cacia
Tel: +351 234 108 180 – geral@busway.pt
www.busway-cira.pt

Capital Social 800.000,00 Euros. NIF 517 214 946. Matric. na C.R.C. de Aveiro sob o n.º 517 214 946